



Natureza e Sociedade no Tempo: Fundamentos da História Ambiental

Nature and Society Over Time: Foundations of Environmental History

Geverson Ampolini

Doutorando em Ciências Ambientais (Unochapecó). Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó). Pesquisador RCEPRS/SC (Unochapecó). <https://orcid.org/0000-0002-5924-390X> <http://lattes.cnpq.br/4924336709374081>

Arlene Renk

Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Titular na Unochapecó (Santa Catarina, Brasil). <https://orcid.org/0000-0002-3524-0739> <http://lattes.cnpq.br/2558671771464597>

Silvana Winckler

Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona (Espanha). Professora Titular na Unochapecó (Santa Catarina, Brasil). <https://orcid.org/0000-0003-2980-2288> <http://lattes.cnpq.br/3043201410419314>

Resumo: Este estudo insere-se no campo da História Ambiental e examina as relações historicamente construídas entre sociedade, natureza e tempo histórico. O problema de pesquisa consiste em compreender de que modo a incorporação da natureza como componente ativo do processo histórico, associada à ampliação das escalas temporais, contribui para superar abordagens historiográficas que dissociam processos sociais de condicionantes ecológicos. O objetivo é apresentar uma introdução teórica ao campo, delimitando seus fundamentos conceituais, eixos analíticos e contribuições para a explicação histórica das transformações socioambientais, com ênfase na crítica à dicotomia entre o social e o natural. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico, baseada em leitura sistemática e síntese crítica de autores clássicos e contemporâneos, articulando aportes da História, da Ecologia, da Geografia e das Ciências Sociais. O estudo sistematiza a História Ambiental como abordagem relacional e multiescalar, organizada em dimensões materiais, políticas e culturais, capaz de integrar limites biofísicos, regimes de apropriação da natureza, tecnologias e conflitos socioambientais à causalidade histórica, sem incorrer em determinismo natural. A perspectiva da longa duração, ao explicitar responsabilidades históricas diferenciadas e assimetrias de poder, fortalece o potencial crítico do campo para a interpretação das crises ecológicas contemporâneas e para o diálogo interdisciplinar no debate público.

Palavras-chave: história ambiental; historiografia; processos socioambientais; natureza; sociedade.

Abstract: This study falls within the field of Environmental History and examines the historically constructed relationships between society, nature, and historical time. The research problem consists of understanding how the incorporation of nature as an active component of the historical process, associated with the expansion of temporal scales, contributes to overcoming historiographical approaches that dissociate social processes from ecological conditions. The objective is to present a theoretical introduction to the field, delimiting its conceptual foundations, analytical axes, and contributions to the historical explanation of socio-environmental transformations, with an emphasis on the critique of the dichotomy between the social and the natural. Methodologically, this is qualitative research,

of a theoretical-bibliographical nature, based on systematic reading and critical synthesis of classic and contemporary authors, articulating contributions from History, Ecology, Geography, and Social Sciences. This study systematizes Environmental History as a relational and multi-scalar approach, organized into material, political, and cultural dimensions, capable of integrating biophysical boundaries, regimes of appropriation of nature, technologies, and socio-environmental conflicts into historical causality, without resorting to natural determinism. It concludes that the long-term perspective, by making explicit differentiated historical responsibilities and power asymmetries, strengthens the field's critical potential for interpreting contemporary ecological crises and for interdisciplinary dialogue in public debate.

Keywords: environmental history; historiography; socio-environmental processes; nature; society.

INTRODUÇÃO

A intensificação das crises ecológicas contemporâneas, como o desmatamento, a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas e a degradação de solos e sistemas hídricos, recolocou no centro do debate historiográfico a necessidade de compreender, em perspectiva histórica, as relações entre as sociedades humanas e o mundo biofísico. Nesse contexto, a História Ambiental afirmou-se, a partir das décadas de 1970 e 1980, como um campo de investigação voltado à análise das interações entre processos sociais e naturais ao longo do tempo, superando abordagens que tratam a natureza como cenário passivo ou como variável externa à explicação histórica (Worster, 1991; Cronon, 1993; Pádua, 2010; McNeill, 2010).

Apesar desse reconhecimento institucional e intelectual, persiste o desafio de explicitar de que modo a História Ambiental reconfigura categorias centrais da historiografia, como tempo histórico, causalidade e agência, ao incorporar condicionantes biofísicos, tecnologias, regimes de apropriação da natureza e conflitos socioambientais como elementos constitutivos dos processos históricos. A permanência da dicotomia entre sociedade e natureza em parte da produção historiográfica limita, nesse sentido, a compreensão de processos de longa duração, como o colonialismo, a expansão econômica, a industrialização e a própria crise ambiental contemporânea.

O problema que orienta este estudo consiste em compreender como a incorporação da natureza como componente ativo do processo histórico, associada à ampliação das escalas temporais e analíticas, contribui para interpretações mais abrangentes e teoricamente consistentes das transformações socioambientais. A relevância do estudo reside na sistematização de fundamentos conceituais e eixos analíticos da História Ambiental, oferecendo um quadro introdutório capaz de dialogar com debates contemporâneos sobre governança ambiental, desigualdades socioambientais e a historicidade das crises ecológicas, ao evidenciar que a degradação ambiental e a escassez de recursos resultam de escolhas econômicas, políticas e culturais historicamente situadas (Moore, 2003a; 2003b; McNeill, 2010).

O objetivo geral é apresentar uma introdução teórica à História Ambiental, delineando seus fundamentos conceituais, seus principais eixos analíticos e sua

contribuição para a compreensão histórica das relações entre sociedade, natureza e tempo histórico. O referencial teórico apoia-se, sobretudo, nas contribuições de Donald Worster, William Cronon, J. R. McNeill, José Augusto Drummond e José Augusto Pádua, articuladas a debates sobre colonialismo ecológico e circulação biológica em escala global (Crosby, 1972; 1986), à crítica do capitalismo histórico a partir da perspectiva da ecologia-mundo (Moore, 2003a; 2003b) e a interpretações clássicas das grandes transformações socioambientais associadas à modernidade industrial (Carson, 1962; Dean, 1995).

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico, baseada em leitura sistemática, seleção criteriosa e síntese crítica da historiografia especializada (Gil, 2010; Cervo; Bervian, 2011; Richardson, 1999), com procedimentos analíticos voltados à comparação de argumentos e à problematização das categorias centrais do campo (Strauss; Corbin, 1998). O recorte espacial é amplo, por operar em escala conceitual, e o recorte temporal privilegia a consolidação teórica e institucional da História Ambiental a partir das décadas de 1970 e 1980, sem prejuízo de referências a processos de longa duração.

SOCIEDADE, NATUREZA E HISTORICIDADE DAS INTERAÇÕES AMBIENTAIS

A História Ambiental consolida-se ao articular processos sociais e dinâmicas biofísicas na interpretação histórica, superando a dissociação entre natureza e sociedade. Ao ampliar escalas temporais, dialogar com as ciências naturais e reconhecer a agência do mundo natural, propõe uma leitura relacional das trajetórias humanas, na qual limites ecológicos, decisões políticas e sistemas culturais constituem dimensões indissociáveis do tempo histórico.

Como campo analítico, a História Ambiental articula história social e processos naturais, superando a separação tradicional entre sociedade e natureza. Ao incorporar escalas temporais ampliadas, inclusive o tempo geológico, interpreta trajetórias humanas à luz de limites ecológicos e transformações de longa duração. Seu objetivo é analisar interações recíprocas entre elementos físicos, como clima, solos, hidrologia e biomas, e formas de organização social, econômica e cultural, evitando tanto o determinismo natural quanto a negligência dos condicionantes ambientais. Reconhece-se, assim, que os recursos naturais são socialmente significados e culturalmente apropriados, não existindo de maneira neutra ou independente (Drummond, 1991).

Esse reposicionamento do “ambiente” como categoria histórica também reorienta escolhas metodológicas. O campo caracteriza-se por recortes espaciais baseados em unidades ecológicas ou regionais, diálogo interdisciplinar com as ciências naturais, diversidade de fontes e uso de trabalho de campo, no qual a paisagem é tratada como documento histórico. Seus estudos concentram-se em usos e conflitos em torno de recursos naturais, políticas ambientais, valores

culturais associados à natureza e processos de degradação e mudança ecológica, configurando um domínio crítico e em expansão, com potencial de renovação da historiografia brasileira (Drummond, 1991).

No âmbito da História Ambiental, a natureza não é concebida como cenário inerte, mas como agente histórico dotado de dinâmicas próprias que condicionam, limitam e respondem às ações humanas (Worster, 1991; 2004). Solos, regimes climáticos, sistemas hídricos, fauna e flora impõem restrições materiais que moldam ocupação do território, práticas produtivas e decisões políticas, estabelecendo limites biofísicos à ação humana ao longo do tempo (Worster, 1994). Eventos como secas, enchentes, pragas e epidemias integram processos históricos capazes de redefinir trajetórias sociais e econômicas (Cronon, 1992). Ao enfatizar a historicidade dessas interações, supera-se a dicotomia entre natural e social, compreendendo-os como dimensões interdependentes no tempo histórico (Cronon, 1993).

Um exemplo clássico de articulação entre agência biológica e transformação histórica é a Troca Colombiana. A chegada de Colombo à América desencadeou mudanças ecológicas e culturais globais, com a circulação de plantas, animais e patógenos entre Velho e Novo Mundo após 1492 (Crosby, 1972). Doenças como varíola, sarampo e gripe produziram colapsos demográficos severos entre populações indígenas, enquanto cultivos americanos — batata, milho, mandioca, tomate — redefiniram sistemas agrícolas e padrões alimentares na Europa, África e Ásia. Trata-se de um intercâmbio biológico e cultural que alterou modos de vida, sustentou economias coloniais e contribuiu para crescimentos populacionais em diferentes regiões, configurando mudança em escala planetária (Crosby, 1972).

Essa chave interpretativa ressoa na formulação de Donald Worster ao afirmar que processos históricos humanos integram a própria história da natureza. Ao criticar a separação moderna entre sociedade e ambiente, sustenta que sistemas ecológicos atuam como condicionantes ativos das dinâmicas econômicas, políticas e culturais; por isso, uso de recursos naturais, transformações ambientais e formas de organização social constituem processos historicamente interligados. A crise ecológica contemporânea aparece, nesse quadro, como resultado de trajetórias de longa duração associadas à expansão dos mercados, à industrialização e à mercantilização da natureza, consolidando a História Ambiental como campo apto a integrar causalidades sociais e biofísicas (Worster, 2024).

A análise do Dust Bowl, catástrofe ecológica ocorrida nas Grandes Planícies dos Estados Unidos na década de 1930, exemplifica essa abordagem. O desastre não resultou apenas de uma seca excepcional, mas de práticas agrícolas predatórias, como aragem intensiva, monocultura do trigo e destruição da vegetação nativa, associadas à lógica expansiva do capitalismo agrário, que fragilizaram os solos e desencadearam tempestades de poeira, colapso produtivo, êxodo rural e sofrimento social em plena Grande Depressão. O episódio revela, assim, uma crise cultural marcada pela ideologia do progresso ilimitado e pela subestimação dos limites ecológicos, configurando um desastre amplamente produzido pela ação humana (Worster, 1979).

As técnicas de conservação do solo promovidas pelo governo dos Estados Unidos, como terraceamento, plantio em contorno e irrigação, favoreceram melhorias localizadas nas condições produtivas e erosivas em partes das regiões afetadas ao longo dos anos 1940, sem alterar, contudo, a lógica produtivista dominante. A ocorrência episódica de tempestades de poeira em períodos posteriores tem sido interpretada como indício da persistência de práticas e valores orientados pelo mercado, mesmo sob forte intervenção estatal. A crítica historiográfica, por vezes com tom moralizante, alerta para os riscos da exportação pouco contextualizada do modelo agrícola norte-americano a países do chamado mundo em desenvolvimento, embora nem sempre explicita de forma consistente quais alternativas poderiam substituir o sistema comercial vigente (Badger, 1981).

A História Ambiental dedica-se à compreensão das relações históricas entre sociedades humanas e sistemas naturais como dinâmicas, recíprocas e situadas, organizando-se analiticamente em dimensões materiais, políticas e culturais e apoiando-se na interdisciplinaridade sem dissolver sua identidade historiográfica (McNeill, 2003).

Historicamente, o campo se constitui pela convergência entre a ampliação temática da disciplina histórica e a emergência de preocupações ambientais no pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, passam a ser questionadas narrativas centradas exclusivamente em fatores políticos ou ideacionais, incorporando-se processos ecológicos, transformações de ecossistemas e limites biofísicos como elementos ativos da explicação histórica. Ao integrar variáveis como clima, solos, energia, fluxos materiais e dinâmicas biológicas, a História Ambiental amplia o poder explicativo da historiografia, ainda que imponha desafios metodológicos relacionados ao diálogo entre campos científicos distintos e à construção de narrativas capazes de articular escalas naturais e sociais diversas (McNeill, 2003).

Esse deslocamento analítico mostra-se particularmente fecundo na análise do colonialismo. A colonização europeia foi mais bem-sucedida nas regiões frequentemente denominadas “Neo-Europas”, nas quais climas temperados e condições ambientais semelhantes às europeias favoreceram a aclimação de plantas, animais e patógenos introduzidos pelos colonizadores. Para além da tecnologia militar e das instituições políticas, fatores biológicos, como a disseminação de doenças, a introdução de animais domésticos, a adaptação de plantas cultivadas e a proliferação de pragas e ervas daninhas, foram decisivos para a reconfiguração de ecossistemas e para a viabilização da dominação colonial (Crosby, 1986).

O conceito de “imperialismo ecológico” designa justamente esse processo pelo qual sociedades europeias transformam ambientes coloniais, recriando condições ecológicas favoráveis à sua permanência e dominação. Nessa perspectiva, o colonialismo pode ser interpretado também como um fenômeno biológico. A expansão europeia apoiou-se em padrões de adaptação ecológica anteriores à Idade Moderna e reforça a tese de que a história mundial não se explica apenas por ideias, economia ou política, mas também por fatores ecológicos, biológicos e epidemiológicos, uma vez que a conquista territorial implicou profunda reorganização

ambiental e a reprodução material e simbólica de ecossistemas europeus fora da Europa (Crosby, 1986).

A institucionalização do campo nos Estados Unidos é analisada por Richard White, que a situa a partir do final dos anos 1960 e aponta antecedentes em obras clássicas que já exploravam, ainda que de modo implícito, interações entre sociedade e natureza. A fase inaugural, marcada por estudos sobre conservação e pela centralidade da ideia de natureza selvagem e intocada (*wilderness*), privilegiou conflitos de ideias e valores e, em alguns casos, reduziu a complexidade histórica a dicotomias rígidas, mantendo a natureza sobretudo como pano de fundo analítico (White, 1985).

O amadurecimento do campo ocorreu à medida que passaram a ser integradas de forma mais consistente dimensões culturais, políticas, econômicas e científicas às transformações materiais dos ecossistemas, reconhecendo-se a natureza simultaneamente como construção histórica e como realidade biofísica dotada de agência. Esse movimento contribuiu para a consolidação da História Ambiental como domínio analítico relativamente autônomo no interior da historiografia (White, 1985).

Em diálogo com esse deslocamento, Alfred Crosby propõe uma abordagem de longa duração que articula processos biológicos, ecológicos e históricos em escala global, defendendo a chamada “grande história” como um instrumento capaz de integrar evidências científicas e documentação histórica (Crosby, 2013).

Ao reconstruir interações entre sociedades e ecossistemas desde a ocupação inicial das Américas até o período pós-colombiano, Crosby argumenta que processos como domesticação, circulação de espécies, epidemias e extinções constituem elementos estruturantes da dinâmica histórica, sobretudo a partir de 1492, quando o intercâmbio entre Velho e Novo Mundo desencadeou transformações profundas e duradouras. Ao incorporar temporalidades ampliadas, a agência da natureza e condicionantes ecológicos, essa perspectiva amplia os horizontes da historiografia e oferece bases conceituais para a compreensão da trajetória humana no contexto do que hoje vem sendo reconhecido como Antropoceno (Crosby, 2013).

Ao articular tempo, espaço e relações sociais a partir da centralidade das interações entre sociedade e natureza, o campo dialoga com a Nova História, a geografia humana e a ecologia política, propondo uma leitura integrada na qual território, identidade e conflitos socioambientais assumem papel estruturante. Nessa perspectiva, a natureza passa a ser compreendida como dimensão constitutiva da produção social do espaço, permitindo visibilizar sujeitos historicamente marginalizados, como comunidades indígenas e populações locais, e interpretar formações territoriais como processos atravessados por assimetrias de poder, apropriações desiguais da natureza e conflitos persistentes (Robledo, 2018).

Na obra *Primavera silenciosa*, Rachel Carson estabelece um marco decisivo para a história das preocupações ambientais ao demonstrar que a trajetória das sociedades industriais do século XX é inseparável dos efeitos ecológicos cumulativos da ação humana. Ao denunciar o uso indiscriminado de pesticidas sintéticos, a

autora evidencia que a modernização técnico-científica comprometeu equilíbrios ecológicos historicamente constituídos, instaurando processos persistentes de contaminação do solo, da água, da fauna e dos próprios corpos humanos, com implicações duradouras para a relação entre sociedade e natureza (Carson, 1962).

Reconstrói os itinerários da chamada “guerra química” contra insetos e plantas, interpretando-a como uma racionalidade de dominação da natureza pouco atenta aos ciclos biológicos, às cadeias tróficas e aos limites adaptativos dos organismos vivos. Com isso, desloca a natureza da condição de cenário passivo para a de elemento ativo da análise histórica, mostrando como impactos ambientais tendem a retornar à sociedade sob a forma de crises sanitárias, perda de biodiversidade e desequilíbrios duradouros, contribuindo para a compreensão da degradação ambiental como processo historicamente construído e socialmente produzido (Carson, 1962).

Outro elemento relevante diz respeito ao papel da aridez como fator ecológico estruturante da formação histórica do Oeste norte-americano, condicionando estratégias produtivas, formas de organização social e arranjos políticos. A análise dos grandes sistemas de irrigação indica que o controle técnico da água não se configurou apenas como adaptação ao meio físico, mas como fundamento de uma configuração específica de poder, marcada pela concentração de recursos, pela dependência tecnológica e pela consolidação de elites administrativas e econômicas (Worster, 1985).

A relação entre sociedade e natureza emerge, assim, como processo histórico de caráter dialético: a tentativa de superar limites ambientais produziu transformações ecológicas profundas e, simultaneamente, reforçou hierarquias sociais e desigualdades regionais. Ao caracterizar o Oeste como uma “sociedade hidráulica” moderna, Worster questiona o mito da fronteira como espaço de liberdade individual e recoloca o meio ambiente no cerne da explicação histórica do capitalismo moderno, sem reduzir esse processo a um determinismo ambiental simples (Worster, 1985).

A reconstrução histórica das ideias ecológicas revela um percurso intelectual profundamente imbricado nas transformações culturais, sociais e econômicas do mundo moderno. Ao demonstrar que a ecologia emerge não apenas como campo científico relativamente autônomo, mas como forma historicamente situada de compreender as relações entre organismos, ambiente e sociedade, Worster indica que conceitos como “economia da natureza”, equilíbrio e interdependência expressam preocupações morais, políticas e econômicas próprias de diferentes contextos históricos (Worster, 1985).

Desde o século XVIII, essas ideias foram moldadas por tensões entre perspectivas arcadianas¹, orientadas à harmonia e ao reconhecimento de limites, e visões imperiais voltadas ao domínio racional da natureza, posteriormente reconfiguradas pela industrialização, pela expansão capitalista e pela especialização científica. A ecologia constitui-se, assim, como um campo histórico de ideias no

1 Uma visão de mundo de origem cultural e intelectual que concebe a relação entre sociedade e natureza em termos de harmonia, equilíbrio e limites (Worster, 1985).

qual ciência, valores culturais e estruturas de poder se articulam, influenciando as formas modernas de interpretar e governar o mundo natural (Worster, 1985).

Do ponto de vista metodológico, uma análise consistente em História Ambiental requer a explicitação da relação sociedade–natureza investigada, bem como dos recortes espacial e temporal adotados. O campo não trata o “meio ambiente” como abstração, mas como processos históricos concretos de apropriação, uso, transformação e regulação da natureza, situados em contextos sociais específicos (Worster, 1991; Drummond, 1991). A definição cuidadosa de escalas e temporalidades mostra-se decisiva para evitar generalizações excessivas e anacronismos, permitindo compreender como formas de organização social, econômica e política produzem relações historicamente situadas com o mundo natural, atravessadas por conflitos, assimetrias de poder e condicionantes ecológicos (Cronon, 1992; McNeill, 2010).

A atenção ao recorte e à temporalidade aproxima a História Ambiental da História do Tempo Presente, na medida em que ambas dialogam com experiências traumáticas do século XX, como as guerras mundiais e a devastação ambiental em escala global, que contribuíram para reconfigurar a percepção histórica do tempo e da ação humana. Em diálogo com debates sobre regimes de historicidade, catástrofe e centralidade do presente, sustenta-se que a crise ambiental contemporânea pode ser interpretada como expressão radical do tempo presente, ao tornar visível a interdependência entre processos históricos, dinâmicas biofísicas e estruturas de poder associadas à apropriação intensiva de recursos naturais. Nesse enquadramento, a História Ambiental tende a reintegrar a materialidade da vida e a agência não humana à análise histórica, amplia as escalas temporais mobilizadas e coloca em evidência a necessidade de um posicionamento ético e público do historiador, especialmente no que se refere aos limites da ideia de progresso e às expectativas de futuro (Pereira; Lopes, 2024).

A potência explicativa dessa abordagem torna-se particularmente evidente na reconstrução, em perspectiva de longa duração, da devastação da Mata Atlântica brasileira. Demonstra-se que a destruição florestal resulta de sucessivas e sobrepostas formas de apropriação da natureza, associadas à colonização, à expansão agrícola, à mineração, à industrialização e a projetos desenvolvimentistas, e não de um único agente ou momento histórico. Ao recusar leituras exclusivamente técnicas ou econômicas, a análise evidencia a interação entre agência humana e limites ecológicos, bem como o caráter irreversível de muitos processos de degradação e a perda de biodiversidade como produtos historicamente constituídos. A obra contribui, assim, para consolidar a História Ambiental como campo explicativo ao deslocar a natureza do papel de cenário para o de elemento ativo da análise e ao formular uma crítica estrutural a concepções de progresso dissociadas de justiça social e sustentabilidade ambiental (Dean, 1995).

Como abordagem interdisciplinar e crítica, a História Ambiental amplia o alcance explicativo da historiografia ao situar a experiência humana em contextos ecológicos de longa duração. Seu desenvolvimento evidencia que crises ambientais, formas de dominação, conflitos territoriais e modelos produtivos constituem

processos historicamente construídos, o que demanda interpretações capazes de articular materialidade, poder e cultura na análise dos desafios socioambientais contemporâneos.

INTERAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA NA LONGA DURAÇÃO DOS SISTEMAS ECOLÓGICOS

A História Ambiental dedica-se à análise das interações históricas entre sociedades humanas e sistemas ecológicos, rejeitando a separação absoluta entre natureza e cultura e reconhecendo a agência do mundo biofísico, o que amplia o horizonte explicativo da História ao incorporar limites ecológicos, relações de poder e transformações ambientais como dimensões constitutivas dos processos sociais em diferentes escalas temporais.

Em termos epistemológicos, a História Ambiental sustenta que os processos históricos humanos são mais bem compreendidos quando analisados em interação com os sistemas ecológicos nos quais se inserem. Ao questionar a dicotomia natureza e cultura, evidencia que as sociedades sempre atuaram sob condicionantes biofísicos e em relação contínua com outros seres vivos, o que implica conceber a natureza como agente ativo da dinâmica histórica, capaz de influenciar economias, formas de organização social e estruturas de poder, sem reduzir esses processos a um determinismo ambiental (Hughes, 2009).

A reconstrução de períodos anteriores à intensificação da ação humana em escala industrial indica contextos de elevada biodiversidade e ecossistemas dinâmicos, nos quais sociedades caçadoras-coletoras e formas iniciais de agricultura, em muitos casos, estabeleceram relações relativamente ajustadas aos limites ecológicos, frequentemente sustentadas por cosmologias baseadas na interdependência entre humanos e a comunidade de vida. A formação das primeiras civilizações urbanas constitui um ponto de inflexão ao associar Estados, cidades e sistemas agrícolas intensivos a processos recorrentes de desmatamento, degradação dos solos e colapsos ambientais regionais, sugerindo que a complexificação social frequentemente implicou formas de exploração dos ecossistemas além de sua capacidade de regeneração (Hughes, 2009).

Na Idade Média, observa-se uma dinâmica ambivalente, marcada simultaneamente pela expansão agrícola e pela criação de mecanismos institucionais de contenção, como regulações comunais voltadas ao uso coletivo dos recursos. A partir da Idade Moderna, a expansão europeia e o colonialismo promoveram a integração global de ecossistemas por meio da circulação transcontinental de espécies, patógenos e sistemas produtivos, desencadeando transformações duradouras da biosfera, posteriormente intensificadas no contexto industrial e expressas em problemas ambientais estruturais vinculados a escolhas econômicas, tecnológicas e políticas historicamente situadas (Hughes, 2009).

No tempo presente, marcado por ameaças globais como as mudanças climáticas e a perda acelerada de biodiversidade, a História Ambiental assume um

papel crítico ao oferecer perspectiva histórica para a reflexão ética e a ação coletiva. Reafirma-se, assim, que a trajetória das sociedades humanas é indissociável da história da Terra e que a construção de futuros possíveis depende do reconhecimento de limites ecológicos e da reintegração dos humanos à comunidade de vida, consolidando o campo como instrumento analítico relevante para pensar a sustentabilidade em perspectiva de longo prazo (Hughes, 2009).

Como campo explicativo, a História Ambiental desloca a natureza da condição de cenário passivo para a de componente ativo dos processos históricos, integrando transformações ecológicas, relações de poder e dinâmicas sociais em uma mesma chave analítica. Desde sua consolidação a partir dos anos 1970, a incorporação das dimensões materiais, políticas e culturais das interações entre sociedades humanas e o mundo biofísico ampliou a capacidade interpretativa da historiografia. Esse movimento favoreceu a diversificação temática e o desenvolvimento de abordagens interdisciplinares e transnacionais, relativizando o Estado-nação como unidade exclusiva de análise e afirmando o campo como crítico e explicitamente não determinista (McNeill, 2010).

Nesse sentido, a centralidade do Estado nacional e da política institucional, característica de vertentes tradicionais da historiografia, revela-se limitada para a compreensão de diversos processos históricos contemporâneos. A História Ambiental assume, assim, um caráter revisionista ao incorporar a natureza como agente histórico e ao questionar a premissa de que a experiência humana se desenvolveu à margem de limites e condicionantes ecológicos (Worster, 1991).

Sob essa perspectiva, o campo organiza-se analiticamente em três níveis interdependentes: a reconstrução de sistemas naturais pretéritos; a análise das formas socioeconômicas de apropriação dos recursos naturais e das relações de poder a elas associadas; e o exame de percepções, valores e sistemas simbólicos por meio dos quais as sociedades atribuem sentido à natureza. Parte-se do pressuposto de que modos de produção, tecnologias e estruturas de poder se articulam de maneira dialética com processos ecológicos, rejeitando tanto o determinismo natural quanto a concepção da natureza como mero pano de fundo da ação histórica (Worster, 1991).

A dimensão política e institucional constitui elemento central dessa análise, pois evidencia que as relações entre sociedade e natureza são mediadas por políticas públicas, legislações e instituições de gestão ambiental, atravessadas por disputas e assimetrias de poder. A análise de conflitos socioambientais explicita, por sua vez, disputas em torno da apropriação da natureza e de projetos de desenvolvimento em confronto, contribuindo para a compreensão das desigualdades ambientais e dos desafios contemporâneos da governança socioambiental (Drummond, 1991; Worster, 1991; Pádua, 2010; Moore, 2003b).

Persistem, contudo, tensões constitutivas do campo entre dois compromissos analíticos: a incorporação da natureza como agente histórico e a dependência da narrativa como forma de organizar o conhecimento histórico. Ainda que dialogue com as ciências naturais e enfatize processos ecológicos objetivos, a escrita histórica permanece estruturada por enredos que produzem sentido, causalidade

e interpretação. A análise das Grandes Planícies norte-americanas mostra que narrativas de progresso ou de declínio podem emergir de um mesmo conjunto empírico, conduzindo a interpretações distintas e evidenciando o caráter não neutro da narrativa histórica (Cronon, 1992).

A escolha de pontos de partida, desfechos e protagonistas redefine os significados atribuídos à natureza e às sociedades humanas, operando como forma de poder simbólico que inclui determinadas experiências e silencia outras, como as de povos indígenas ou temporalidades não alinhadas ao ideal de progresso. Ainda assim, Cronon rejeita a possibilidade de uma história sem narrativa, sustentando que o desafio do historiador ambiental consiste em torná-la objeto explícito de crítica, reconhecendo seus limites e implicações epistemológicas (Cronon, 1992).

Em escala mundial, por longo período, persistiu uma clivagem entre estudos empíricos detalhados e formulações teóricas pouco historicizadas. A transição do feudalismo ao capitalismo implicou uma reconfiguração histórica da ecologia mundial, marcada pela expansão geográfica e pela especialização regional. As primeiras chamadas “fronteiras de mercadorias”, como a mineração de prata e o sistema plantation açucareiro, articularam degradação ambiental, exploração do trabalho e processos de acumulação de capital. À luz do marxismo ecológico e do conceito de ruptura metabólica, esses processos podem ser interpretados como constitutivos do sistema-mundo capitalista, sem que isso implique uma leitura monocausal ou economicista da história ambiental (Moore, 2003b).

Nessa perspectiva, o capitalismo pode ser interpretado como uma forma histórica específica de organização ecológica, na qual sociedade e natureza se constituem relacionalmente, configurando aquilo que Jason Moore denomina “ecologias-mundo”. A articulação com a crítica marxiana, especialmente com as categorias de metabolismo social e da contradição entre a lógica de valorização do capital e as bases ecológicas da riqueza, permite superar leituras dualistas e reposicionar a História Ambiental como campo analítico relevante para a compreensão histórica do capitalismo (Moore, 2003a).

A História Ambiental enfatiza ainda os impactos socialmente desiguais da degradação ambiental, da contaminação e da escassez de recursos, articulando-os a estruturas econômicas, políticas e relações de poder. Ao dialogar com os campos da justiça ambiental e da saúde coletiva, evidencia-se que os custos ambientais do desenvolvimento tendem a concentrar-se historicamente em determinados grupos sociais e territórios, contribuindo para compreender as raízes das crises socioambientais contemporâneas (Steinberg, 2013; McNeill, 2010; Moore, 2003a).

O campo consolida-se como saber reflexivo a partir da articulação entre demandas sociopolíticas externas, em especial o ambientalismo contemporâneo, e reconfigurações epistemológicas internas às ciências humanas e naturais. Sua constituição não se reduz a uma resposta militante imediata, mas decorre de transformações mais amplas na compreensão do tempo histórico, da natureza e da ação humana, intensificadas no contexto da crise ambiental global (Pádua, 2010).

Nesse processo, destacam-se três deslocamentos centrais: o reconhecimento da capacidade histórica da ação humana de alterar sistemas naturais; a ampliação

das escalas temporais de análise, incorporando dimensões geológicas e biológicas; e a superação da concepção de natureza estática em favor de um entendimento processual e historicamente situado. Esses deslocamentos dificultam leituras deterministas e estritamente antropocêntricas, impondo abordagens interdisciplinares e definindo a História Ambiental como investigação não reducionista das interações entre sistemas sociais e naturais, articulando materialidade biofísica, formas socioeconômicas de apropriação e dimensões culturais e simbólicas da experiência ambiental, sem pretender substituir outras vertentes historiográficas (Pádua, 2010).

A historiografia norte-americana de orientação tradicional, ao privilegiar acontecimentos políticos, institucionais e culturais, frequentemente tratou a natureza como cenário passivo, relegando o papel ativo de processos ecológicos, geológicos e climáticos na conformação histórica dos Estados Unidos. Em contraposição, a História Ambiental reposiciona o mundo natural como elemento estruturante da experiência histórica e amplia as escalas temporais da análise, ao sustentar que processos de longa duração condicionaram padrões de ocupação humana, produção agrícola, disponibilidade de recursos e trajetórias econômicas (Steinberg, 2013).

Sob essa perspectiva, a história dos Estados Unidos não se inicia apenas com a colonização europeia, mas também com limites e possibilidades previamente definidos por dinâmicas naturais. No plano socioeconômico, a modernidade capitalista caracterizou-se pela mercantilização sistemática da natureza, convertendo terra, água, florestas, animais e fontes de energia em mercadorias. Intensificado pela industrialização, pela racionalização do território e pela expansão do consumo, esse processo externalizou custos ambientais para a coletividade e os ecossistemas, produzindo desequilíbrios persistentes. A História Ambiental investiga, assim, as interações recíprocas entre forças naturais e sistemas sociais, examinando como tais transformações retornam sob a forma de riscos, crises e limites ecológicos, evitando leituras moralizantes ou deterministas (Steinberg, 2013).

A consolidação do campo vincula-se às transformações sociais, políticas e epistemológicas intensificadas a partir da década de 1960, que favoreceram uma perspectiva interdisciplinar articulando história, ciências sociais e naturais. Suas bases dialogam com a escola dos Annales, com a História Social e com a História Cultural, no interior das quais a natureza deixa de ser pano de fundo para tornar-se categoria analítica relevante, sem incorrer em determinismo ambiental. Nesse enquadramento, o ambientalismo, as crises ecológicas e as críticas aos modelos desenvolvimentista e neoliberal impulsionaram a reavaliação da relação sociedade–natureza, deslocando o campo de uma orientação normativa para a análise histórica das formas pelas quais as sociedades transformaram o ambiente e foram por ele condicionadas (Lopes, 2010).

No Brasil, a História Ambiental consolida-se em resposta tanto à crise de paradigmas das ciências sociais no final do século XX quanto à intensificação dos problemas ambientais contemporâneos. Mais do que uma opção voluntarista, trata-se de reação a transformações históricas concretas que redefiniram as relações entre sociedade, natureza, economia e cultura, exigindo uma abordagem

epistemologicamente própria, interdisciplinar e em diálogo com as ciências naturais, sem abdicar do rigor crítico da historiografia (Martinez, 2011).

Nesse contexto, o exame das representações, discursos e percepções sobre a natureza constitui dimensão central do campo, na medida em que orienta práticas de uso, apropriação territorial e intervenção ambiental. Discursos científicos e técnicos frequentemente legitimaram projetos de exploração associados ao ideal de progresso, enquanto saberes tradicionais expressam racionalidades ambientais alternativas, historicamente marginalizadas. Conceitos como “natureza”, “progresso”, “risco” e “degradação” transformaram-se ao longo do tempo, refletindo mudanças nas sensibilidades ambientais e nas formas de interação entre sociedade e natureza (Cronon, 1992; Worster, 2004; Pádua, 2010).

A natureza, por sua vez, apresenta-se de forma heterogênea, por meio de ecossistemas e limites biofísicos que interagem de maneira diferenciada com as sociedades conforme o período histórico e a escala de análise. A consistência interpretativa da História Ambiental exige, portanto, articulação teórica e diálogo interdisciplinar, combinando a historiografia do campo com aportes da Ecologia, da Geografia, da Sociologia, da Economia e do Direito Ambiental, de modo a produzir interpretações críticas com relevância para o presente (Pádua, 2010; McNeill, 2010; Steinberg, 2013).

Embora institucionalizada como subcampo apenas a partir da década de 1970, a História Ambiental possui raízes intelectuais anteriores, notadamente na geografia histórico-cultural associada à Escola de Berkeley, sob a liderança de Carl Sauer. Essa tradição concebia a paisagem como documento histórico e criticava o determinismo ambiental, antecipando temas como colonialismo, expansão econômica e a historicidade dos sistemas agrícolas. Estudos empíricos, sobretudo na América Latina, indicaram que muitos ambientes classificados como “naturais” resultam de intervenções humanas antigas, questionando o mito da natureza intocada e articulando precocemente análise ambiental e crítica aos modelos de desenvolvimento (Mathewson; Seemann, 2008).

É nesse horizonte que, no contexto da crise ecológica global dos séculos XX e XXI, a História Ambiental afirma-se como componente relevante da atualidade da disciplina histórica. Ao problematizar tradições historiográficas que relegaram a natureza à condição de fator externo, o campo contribui para reconfigurar o próprio significado de “assuntos humanos”, integrando dimensões ecológicas, econômicas, tecnológicas e culturais em uma mesma chave analítica. Longe de anunciar futuros inevitavelmente catastróficos, propõe leituras críticas das interações socioeconômicas, evitando determinismos simplificadores e ampliando a relevância intelectual e pública da historiografia (Worster, 2004; Cronon, 1993).

No plano epistemológico, sustentam-se alguns princípios fundamentais: toda experiência histórica humana desenvolve-se em contextos naturais, sendo os processos ecológicos constitutivos da história; natureza e cultura são compreendidas como dinâmicas historicamente situadas, rejeitando concepções de equilíbrio permanente ou de “natureza intocada”; e o conhecimento ambiental, inclusive o científico, é social e historicamente construído, o que exige uma postura

de humildade epistemológica e autocrítica. A contribuição da História, nesse enquadramento, raramente assume a forma de prescrições diretas, manifestando-se antes por analogias e narrativas interpretativas que auxiliam a compreender dilemas contemporâneos sem reduzir sua complexidade (Cronon, 1993).

Esses pressupostos tornam-se particularmente visíveis nos estudos empíricos do campo. Ao elaborar uma história ecológica da Nova Inglaterra colonial, William Cronon demonstra que a substituição do predomínio indígena pelo europeu implicou não apenas transformações sociais e culturais, mas também uma reorganização profunda dos ecossistemas. As sociedades indígenas mantinham formas historicamente construídas de interação com o ambiente, baseadas na mobilidade, no uso sazonal dos recursos, em práticas como as queimas controladas e em concepções flexíveis de propriedade, moldando paisagens dinâmicas e mosaicos ecológicos (Cronon, 2003).

A colonização europeia introduziu, em contraste, um novo regime ecológico, fundamentado na propriedade privada exclusiva, na agricultura sedentária, na criação extensiva de animais domésticos e na integração aos mercados capitalistas atlânticos. Essas mudanças alteraram de modo significativo os ciclos ecológicos, intensificando processos de desmatamento, fragmentação das paisagens, erosão dos solos e a redução ou extinção de determinadas espécies, como o castor e o pombo-passageiro. O ambiente passou a ser reorganizado segundo uma lógica mercantil, convertendo plantas, animais e terras em recursos isoláveis e economicamente exploráveis (Cronon, 2003).

Do ponto de vista metodológico, essa abordagem pressupõe a articulação entre fontes históricas tradicionais e aportes provenientes da ecologia, da arqueologia e da geografia histórica, permitindo identificar processos de longa duração pouco visíveis em narrativas centradas exclusivamente nos atores humanos. Ao inserir processos ecológicos no núcleo da análise, constrói-se uma perspectiva dialética entre cultura e natureza, particularmente fecunda para a compreensão das estruturas econômicas, sociais e territoriais da modernidade colonial e capitalista na América do Norte, sem reduzir tais processos a determinismos ambientais (Cronon, 2003).

De modo mais amplo, a História Ambiental recoloca o espaço e o lugar no centro da análise histórica, questionando abordagens que dissociam processos sociais do meio biofísico. Nesse enquadramento, podem ser identificados paradigmas analíticos recorrentes, como o toxicológico, o do equilíbrio ecológico ameaçado, o da economia de recursos ou entropia e o da convivência, os quais expressam diferentes formas historicamente situadas de compreender riscos, limites e relações entre seres humanos e demais seres vivos, articulando dimensões éticas e questões de justiça socioambiental (Winiwarter, 2010).

A paisagem emerge, assim, como conceito integrador central, ao articular processos ecológicos, práticas sociais e transformações históricas de longa duração. Ao criticar o paradigma do isencionismo humano, segundo o qual cultura e tecnologia permitiriam escapar indefinidamente aos limites naturais, a História Ambiental associa-se a um paradigma ambiental que reconhece restrições biofísicas, riscos e consequências não intencionais da ação humana, reforçando sua relevância

analítica tanto para a interpretação do passado quanto para a compreensão do presente (Winiwarter, 2010).

A distinção entre História Natural, História da Natureza e História Ambiental evidencia tradições historiográficas que, embora compartilhem a natureza como objeto central, diferenciam-se quanto a pressupostos epistemológicos, metodologias e finalidades interpretativas. A História Natural, consolidada entre os séculos XVII e XIX, estruturou-se predominantemente a partir de uma perspectiva descritiva e classificatória, voltada à catalogação dos seres naturais e ancorada na concepção da natureza como realidade externa e passível de sistematização pelas ciências naturais. A História da Natureza amplia esse enquadramento ao incorporar processos históricos, culturais e sociais, compreendendo a natureza como resultado de interações dinâmicas entre fatores biofísicos e ação humana (Freitas, 2014).

Emergindo a partir da década de 1970, propõe uma abordagem crítica e explicitamente interdisciplinar, articulando história, geografia, ecologia e ciências sociais para analisar as relações entre sociedade e natureza e seus efeitos recíprocos. Organiza-se em níveis analíticos que abrangem os sistemas naturais, as bases socioeconômicas e políticas da apropriação da natureza e as dimensões culturais e cognitivas da percepção ambiental. Nesse movimento, a natureza deixa de ser concebida como entidade fixa ou exterior, passando a ser entendida como construção histórica continuamente ressignificada por práticas sociais, econômicas e políticas (Freitas, 2014).

A História Ambiental busca superar a dicotomia natureza e cultura ao interpretar a natureza como parte constitutiva dos processos históricos. Nesse enquadramento, o debate entre Antropoceno e Capitaloceno² assume relevância analítica: enquanto o primeiro tende a homogeneizar a humanidade como agente abstrato, obscurecendo responsabilidades históricas diferenciadas, o segundo propõe uma leitura historicamente situada ao vincular a degradação ambiental ao capitalismo histórico, ao colonialismo, à exploração do trabalho e à mercantilização da natureza, sem pretender encerrar o debate conceitual (Silva; Machado, 2023).

A explicitação de desigualdades de classe, raça, gênero e território, frequentemente invisibilizadas por narrativas tecnicistas, confere à História Ambiental relevância analítica para a leitura crítica das crises ecológicas contemporâneas. Seu caráter interdisciplinar sustenta a crítica a soluções estritamente tecnocráticas e ao chamado “capitalismo verde”, compreendidos como estratégias de despolitização dos conflitos socioambientais, e a projeta como narrativa histórica do tempo presente, capaz de articular passado, presente e expectativas de futuro na reflexão sobre justiça ambiental e responsabilidade histórica (Silva; Machado, 2023).

2 Antropoceno é o conceito que afirma que a humanidade, como um todo, tornou-se uma força geológica capaz de alterar o sistema terrestre. Capitaloceno é uma abordagem crítica que atribui essas transformações não à humanidade em geral, mas ao capitalismo histórico, com suas lógicas de acumulação, exploração e desigualdade (Silva; Machado, 2023).

Ao integrar materialidade ecológica, formas socioeconômicas de apropriação e sistemas culturais de significação, a História Ambiental configura um instrumento analítico consistente para a interpretação das crises contemporâneas. Sua perspectiva de longa duração evidencia que a degradação ambiental, a desigualdade social e os conflitos socioambientais decorrem de trajetórias históricas específicas, oferecendo bases críticas para repensar modelos de desenvolvimento, justiça ambiental e responsabilidades históricas no tempo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida integra o mundo biofísico à explicação histórica sem recorrer a determinismos naturais, ao articular dinâmicas ecológicas, regimes de propriedade e apropriação, tecnologias, formas de organização econômica e decisões políticas. Essa perspectiva amplia a compreensão de processos de longa duração, como o colonialismo, a expansão mercantil e a industrialização, ao evidenciar uma causalidade histórica relacional e multiescalar, na qual processos materiais, estruturas institucionais e sistemas culturais atuam de forma indissociável na produção e transformação de paisagens, recursos e territórios.

Ao organizar a análise em dimensões materiais, políticas e culturais, torna-se possível interpretar as crises ecológicas contemporâneas como resultado de trajetórias historicamente situadas, atravessadas por assimetrias de poder, disputas sociais e mecanismos recorrentes de externalização de custos ambientais. O diálogo com debates sobre capitalismo histórico, colonialismo ecológico e desigualdades socioambientais reforça, nesse sentido, o potencial crítico da História Ambiental, ao recolocar no centro da interpretação os conflitos em torno da apropriação da natureza e os diferentes graus de responsabilização histórica entre grupos sociais, territórios e períodos.

Nesse quadro, delineia-se um conjunto consistente de conceitos e eixos analíticos que fortalece o uso da História Ambiental como ferramenta interpretativa em pesquisas futuras e em diálogos interdisciplinares, inclusive no âmbito de agendas contemporâneas de governança socioambiental. Ao enfatizar a historicidade das crises ecológicas e a necessidade de explicitar recortes, escalas e escolhas narrativas, a abordagem sustenta sua relevância intelectual e pública para pensar limites ecológicos, responsabilidades históricas e possibilidades de ação coletiva no tempo presente, preservando a complexidade dos problemas ambientais e evitando reduções tecnicistas ou simplificadoras.

REFERÊNCIAS

BADGER, Tony. Donald Worster, *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s* (Oxford and New York: Oxford University Press, 1980, 277 p.). **Journal of American Studies**, Cambridge, v. 15, n. 3, p. 439-440, dez. 1981.

CARSON, Rachel. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 13. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

CRONON, William. A place for stories: nature, history, and narrative. **The Journal of American History**, Oxford, v. 78, n. 4, p. 1347–1376, mar. 1992.

CRONON, William. **Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England**. Rev. ed. New York: Hill and Wang, 2003.

CRONON, William. **The Uses of Environmental History**. Environmental History Review, v. 17, n. 3, p. 1–22, 1993.

CROSBY, Alfred W. **Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe, 900–1900**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CROSBY, Alfred W. **Gran historia como historia ambiental**. Relaciones, Zamora, n. 136, p. 21-39, otoño 2013. ISSN 0185-3929.

CROSBY, Alfred W. **The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492**. Westport: Greenwood Press, 1972.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 171–197, 1991.

DEAN, Warren. **With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic forest**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1995.

FREITAS, Inês Aguiar de. **História natural, história da natureza e história ambiental: três histórias sobre uma grande ideia**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 35, p. 153-175, jan./jun. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HUGHES, J. Donald. **An environmental history of the world: humankind's changing role in the community of life**. 2. ed. London; New York: Routledge, 2009.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **História Ambiental: uma demanda contemporânea**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 483–496, jul./dez. 2010.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental: um olhar prospectivo**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 23–35, jan./jun. 2011.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. **A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da História Ambiental**. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 71-85, jan./jun. 2008.

MCNEILL, J. R. **Observations on the Nature and Culture of Environmental History**. History and Theory, v. 42, n. 4, p. 5–43, 2003.

MCNEILL, J. R. **The state of the field of environmental history.** Annual Review of Environment and Resources, Palo Alto, v. 35, n. 1, p. 345–374, 2010.

MOORE, Jason W. **Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history.** Organization & Environment, Thousand Oaks, v. 16, n. 4, p. 431–458, 2003a.

MOORE, Jason W. **The Modern World-System as environmental history? Ecology and the rise of capitalism.** Theory and Society, Dordrecht, v. 32, n. 3, p. 307–377, 2003b.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **A última catástrofe planetária? História ambiental e história do tempo presente, uma aproximação necessária.** Tempo, Niterói, v. 30, n. 1, e300109, 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBLEDO, Felipe Marangoni. **A história ambiental e a produção de territorialidades.** 2018. 168 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Wallace Marcelino da; MACHADO, Carlos José Saldanha; VILANI, Rodrigo Machado. **A História Ambiental e as eras do homem e do capital.** HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña, v. 13, n. 2, p. 114-142, 2023.

STEINBERG, Ted. **Down to Earth: nature's role in American history.** 3. ed. New York; Oxford: Oxford University Press, 2013.

STEWART, Mart A. **Environmental History: Profile of a Developing Field.** The History Teacher, v. 31, n. 3, p. 351–368, 1998.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory.** 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1998.

WHITE, Richard. **American environmental history: the development of a new historical field.** Pacific Historical Review, Berkeley, v. 54, n. 3, p. 297-335, ago. 1985.

WINIWARTER, Verena. **Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos.** Abordagens Geográficas, v. 1, n. 1, p. 1–21, out./nov. 2010.

WORSTER, Donald. **La historia como historia natural.** Editado por Guillermo Castro Herrera; Sandro Dutra e Silva. Anápolis: Editora UniEvangélica, 2024.

WORSTER, Donald. **Nature's economy: a history of ecological ideas.** 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WORSTER, Donald. **Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s**. New York: Oxford University Press, 1979.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198–215, 1991.

WORSTER, Donald. Por que precisamos da história ambiental? **Revista Tareas, Panamá: Centro de Estudios Latinoamericanos** (CELA), n. 117, p. 119-131, maio/ago. 2004.

WORSTER, Donald. **Rivers of empire: water, aridity, and the growth of the American West**. New York: Pantheon Books, 1985.